

A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático*

Sérgio Adorno

Introdução

Nos últimos 15 anos, a abordagem científica da criminalidade no Brasil extrapolou o âmbito restrito de sua formulação jurídica — de que se nutriu por longo período —, deslocando o eixo de atenção: em lugar de situá-la, descrevê-la e explicá-la tendo por diretriz exclusivamente o saber jurídico e a legislação penal, a abordagem sociológica *lato senso* vem buscando refletir sobre as possíveis conexões entre o recrudescimento da violência criminal, o modelo de desenvolvimento econômico-social vigente nesta sociedade agrário-industrial, o estilo de exercício do poder de Estado e a sobrevivência de políticas de segurança e de justiça penal herdadas do regime autoritário. Nesse particular, proliferaram em curto espaço de tempo estudos sociológicos, políticos, antropológicos e históricos. Cada qual recortando a seu modo dimensões peculiares da violência criminal.

Embora essa literatura especializada possa ser examinada sob diferentes ângulos, optei por privilegiar o enfoque que explora as relações entre controle social do crime, violência e poder, perspectiva que problematiza a organização social do crime entendida enquanto produto de uma teia complexa de relações sociais que vincula os delinquentes aos agentes institucionais posicionados de modo diverso na divisão de trabalho entre aparelhos encarregados de preservar a ordem pública. A análise dessa complexa teia de relações, que tem sido objeto privilegiado de investigação, permite colocar em destaque o reticulado de poder e cultura que

expressa, no interior das agências de controle social, tanto conflitos quanto acomodações e negociações.

A despeito dos diferentes enfoques teóricos, é possível classificar os estudos brasileiros em quatro categorias: (a) os que cuidam do movimento da criminalidade; (b) os que descrevem e problematizam o senso comum a respeito do perfil social dos autores de delitos; (c) aqueles que examinam a organização social do crime sob a perspectiva do delinqüente; e (d) os estudos que analisam políticas públicas penais.¹

O Movimento da Criminalidade

Os estudos que se preocupam com o movimento da criminalidade urbana têm por objeto a análise das tendências e características das práticas delituosas. Trata-se de saber, no curso de um lapso de tempo determinado, quais ocorrências policiais manifestaram crescimento ou retração, comparativamente a um período anterior, e de identificar possíveis causas ou fatores explicativos. Do ponto de vista sociológico, os estudos existentes procuram verificar se há correspondência entre a percepção coletiva do aumento da criminalidade — indicada sobretudo pelas pesquisas de opinião pública e pelo estudo coordenado por Zaluar (1989a) — e a ocorrência de crimes.² Mesmo considerando o comprometimento das fontes de informação, é possível identificar algumas tendências da criminalidade urbana nas grandes cidades brasileiras. Os estudos de Paixão (1983), Coelho (1978a e 1988a), Caldeira (1989) e Adorno (1991a), por exemplo, confirmam a

tendência ao aumento da chamada criminalidade violenta e organizada³ nas três maiores metrópoles brasileiras (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo), indicado pelo elevado crescimento das taxas de roubo, homicídios e tráfico de drogas.

O estudo de Caldeira (1989) sobre a criminalidade na cidade de São Paulo no período 1981-87 revelou que, no início da década, a participação dos crimes violentos no total da massa de crimes registrados oscilava em torno de 20%, chegando a 30% ao final do período. Em termos desagregados, o roubo e as lesões corporais dolosas são as modalidades de crime de maior peso no conjunto de crimes violentos. A partir de 1983, os roubos passam a representar quase a metade do total dessas ocorrências, comportamento que influencia largamente as variações da criminalidade violenta. Os homicídios e tentativas de homicídio também acusaram taxas elevadas de crescimento entre 1982 e 1983 (48% no município de São Paulo), não revelando taxas negativas de variação percentual por cem mil habitantes. Esses dados tendem a ser mais surpreendentes se considerados apenas os homicídios, excluídas as tentativas. Nesse caso, a taxa eleva-se para 53,8%.

As ocorrências relativas a tráfico e uso de drogas na região metropolitana apontaram comportamento irregular, crescendo ao longo do período 1981-85, tendendo a declinar entre 1986 e 1987, e elevando-se novamente em 1988. É bem provável que essas oscilações traduzam antes o comportamento dos órgãos policiais na repressão a essa modalidade de delito do que alterações no movimento do tráfico ou no comportamento dos usuários. Finalmente, convém ressaltar o acentuado crescimento das contravenções por porte irregular de arma, notadamente no período 1981-85, comportamento que se estabiliza nos anos seguintes. Para o Rio de Janeiro, Coelho (1988a) observou ainda a crescente contribuição de crianças e adolescentes para o aumento das taxas de roubo, incluindo o latrocínio.

É provável que alguns "ruídos" de fatores conjunturais afetem a irregularidade da

distribuição de crimes e contravenções, promovendo maior ou menor incidência de determinadas formas de comportamento delinqüencial, como homicídios, roubos e estupro. Entre esses fatores conjunturais convém destacar a possível influência da crise econômica sobre o ingresso de novos recrutas ao grupo delinqüente, atestada nos trabalhos de Feiguin (1985) e de Pezzin (1986), bem como as direções tomadas pela política de segurança. Em um estudo a propósito da reincidência criminal no Estado de São Paulo, Abreu e Bordini (1985) verificaram que a porcentagem mais elevada de condenados pela Justiça criminal é encontrada entre autores de roubo, latrocínio, furto e tráfico de drogas, sendo baixa para os autores de lesão corporal e homicídio, observação que sugere as inclinações preferenciais das autoridades judiciárias na distribuição de cominações penais.⁴

Por fim, parece significativo relevar que a percepção coletiva do aumento inusitado e incontrolável da criminalidade urbana violenta (Caldeira, 1991; Cardoso, 1987; Gonzalez, 1984; Velho, 1980) necessita ser maquiada, pois que esse fenômeno pode crescer em termos absolutos, porém em ritmo inferior ao da população. Ao fazer essa correlação, Paixão (1983) constatou que, entre 1932 e 1978, as taxas médias de crimes em Belo Horizonte decresceram substancialmente em relação ao número total de crimes e a cada categoria em particular. No caso da cidade de São Paulo, essa relação acusa resultados surpreendentes. Nos intervalos de 1982-83 e 1983-84, os índices de criminalidade por cem mil habitantes acusam crescimento. Nos períodos subsequentes, eles tendem a declinar sistematicamente. Mesmo assim, para o ano de 1987, esse índice é da ordem de 747 ocorrências de crimes violentos por cem mil habitantes, superior ao índice de 1981 (685,6) (Caldeira, 1989).

Desse modo, percebe-se que o aumento relativo das taxas de criminalidade urbana violenta pode não estar necessariamente associado ao incremento de novos cidadãos que enveredam pela delinqüência, mas ao aumento do número daqueles que se espe-

cializam e constroem carreiras delinqüenciais, constatação que revela a opção preferencial das agências de contenção e repressão ao crime pelos indivíduos já estigmatizados como delinqüentes — os mais pobres e negros, por exemplo (Chalhoub, 1986; Fausto, 1984; Oliveira, 1985; Oliven, 1982; Pينهiro, 1991a; Velho, 1987; Viana, 1987; Zaluar, 1986) —, disso resultando pressões no sentido da elevação dos coeficientes de reincidência criminal, que se supõem elevados (Abreu e outros, 1984a).

O Perfil Social dos Delinqüentes

Quem são, afinal, os autores de delitos? A essa indagação se dedicaram algumas investigações (Coelho, 1980; Paixão, 1983; Abreu e Bordini, 1985; Brant e outros, 1986; Adorno e Bordini, 1989).⁵ Tais estudos indicam que os delinqüentes são preferencialmente recrutados entre grupos de trabalhadores urbanos de baixa renda, o que significa que seu perfil social não difere do perfil social da população pobre. A crença de que os delinqüentes possuem uma natureza anti-humana, perversa e pervertida, resultado de sua suposta inferioridade racial, étnica, social e cultural, não se sustenta em qualquer das pesquisas realizadas. Observando presos recolhidos ao sistema penitenciário do Estado de São Paulo, Brant e outros (1986) concluíram que a imagem dos delinqüentes como indivíduos analfabetos, de pouca instrução ou habituados ao desemprego crônico não resiste à análise. De fato, os autores detectaram entre estes uma média abaixo de 3% de analfabetismo, dado que desmistifica a imagem, corrente no senso comum, de que “delinqüente não tem instrução”. Do mesmo modo, observou-se que 55% dos condenados estavam empregados no momento da prisão. Dos 45% desempregados, 37% haviam perdido o emprego há seis meses ou menos. O estudo conclui que “as prisões estão abarrotadas por presos que em sua maior parte tiveram história ocupacional definida, nos padrões do estrato ocupacional a que pertencem, tendo mantido empregos regulares nos diversos setores da vida econômica” (Brant e outros, 1986, p. 98). Os resul-

tados desse estudo são coincidentes com os alcançados também por Adorno e Bordini (1989) e Thompson (1983 e 1987).

Quanto à carreira delinqüencial, os dados disponíveis revelam que os delinqüentes se inclinam preferencialmente a cometer crimes contra o patrimônio, o que parece sugerir a importância que seus autores e/ou o aparelho policial atribuem a essa modalidade de prática delituosa (Abreu e Bordini, 1985). Revelam igualmente que à maior parte dos condenados pela Justiça criminal, pelo menos no Estado de São Paulo, foi imputada penas médias. Essa observação problematiza a imagem, também difundida no senso comum e estimulada pela imprensa e pela mídia eletrônica (Barros, 1980; Benevides, 1983), de terríveis delinqüentes, extremamente violentos, condenados a penas elevadíssimas, como se este fosse o perfil biográfico-penal de população encarcerada. Por conseguinte, tudo leva a crer que o problema essencial consiste em explicar por que motivos alguns indivíduos procedentes de um mesmo segmento populacional optam pela delinqüência, enquanto outros optam por construir uma trajetória de trabalhadores e cidadãos “normais”, questão que comporta ambigüidades essenciais, como o demonstra Foucault.⁶

A Organização Social da Delinqüência

Não se firmou ainda uma tradição de estudos sobre as peculiaridades da organização delinqüente — seus modos de ser, seu estilo de vida, o relacionamento com os outros e com a sociedade mais ampla. Quem mais se dedicou a este tema é a antropóloga Alba Zaluar. Abordando a identidade do delinqüente a partir da oposição “bandido” *versus* “trabalhador”, Zaluar (1985a) observou que o caleidoscópio de representações valorativas e depreciativas do trabalho torna ambas as identidades muito fluidas e ao mesmo tempo profundamente diferenciadas. Em trabalhos posteriores, dedicados à análise do crime e da criminalidade nas classes populares do Rio de Janeiro (Zaluar, 1986; 1987a; 1987b; 1989a; 1989b; 1989c; 1990a; 1990b; 1990c; 1991a; 1991b; 1991c; 1992; 1993a;

1993b e 1993c), a autora constatou, entre outras coisas: a existência de vários tipos de criminosos e de organizações criminosas, as quais estão cada vez mais próximas de um modelo empresarial; a presença de mulheres na delinquência e a entrada recente de jovens no tráfico de drogas, e a valorização, por esses jovens, da posse de arma, do controle da “boca de fumo”, do dinheiro no bolso, do uso de roupas bonitas, da disposição para matar e dos símbolos de poder, riqueza e prestígio. Seus estudos abordam também a guerra “ilegal” nos bairros populares das grandes cidades entre a polícia e os bandidos, identificados com os pobres; os processos pelos quais a quadrilha organizada se constitui em poder central nas favelas; o modo como os indivíduos ingressam no mundo do crime, assumindo uma identidade delinquente que, no limite, pode implicar o abandono progressivo e/ou absoluto do mundo do trabalho.

Zaluar discute ainda as mudanças que se vêm operando na subcultura criminosa, que transita do culto da “malandragem”⁷ ao culto da violência; da ojeriza ao trabalho à valorização do negócio rendoso; das relações de lealdade e solidariedade às relações de força decorrentes da difusão da arma de fogo e do poderio econômico. Segundo ela, esses resultados indicam a necessidade de se problematizar os esquemas teóricos que sustentam uma dicotomia entre “ordem na sociedade” e “desordem da favela”, já que a criminalidade adquire hoje a feição de crime organizado no tráfico de drogas e no jogo do bicho, bem como as teorias da “marginalidade” que supõem que os pobres se situam às margens da lei e da ordem, uma vez que entre os pobres há também concepções que diferenciam o moral do imoral, o legal do ilegal. Não há irreconciliáveis distinções entre o Código Penal e o código que rege a vida das favelas. Finalmente, ela chama a atenção para a necessidade de se problematizar a imagem idílica que fazem de si as instituições encarregadas do controle da ordem pública. Particularmente no caso da polícia, observa-se que as imagens e representações popula-

res sobre esta instituição ainda são muito negativas. A polícia é vista geralmente como instituição que humilha e reprime os trabalhadores pobres e se envolve com a delinquência (ver também Bretas, 1988 e 1992; Donnici, 1984; Fernandes, 1989; Lemgruber, 1987; Lima, 1989 e 1990; Minguardi, 1992 e Mott, 1987).

Políticas Públicas Penais

Entre os estudiosos brasileiros generaliza-se a tese de que não é possível compreender o movimento da criminalidade urbana ignorando o funcionamento das agências de controle e repressão ao crime. A não observância, pelos agentes encarregados de manter a ordem pública, dos princípios consagrados na lei destinados à proteção dos direitos civis é freqüentemente invocada, sobretudo pelas organizações de defesa dos direitos humanos, como a responsável pela situação de tensão permanente a que se vê relegado o sistema de justiça criminal (Adorno, 1992c; Americas Watch Committee, 1987 e 1989; Caldeira, 1991; Herkenhoff, 1987; Pinheiro e Braun, 1987). Um dos alvos privilegiados de estudo e reflexão tem sido o aparelho policial.

Estudando a organização policial em uma grande metrópole brasileira — sua estrutura formal e os usos que os policiais fazem de suas práticas institucionais —, Paixão (1982a) ressalta o caráter precário dos mecanismos formais de inspeção, a generalização de um modelo patrimonial de organização e a fragilidade das linhas de articulação entre a estrutura formal e as atividades práticas. No que concerne a estas últimas, o autor constata que elas são orientadas por algumas teorias acerca da “natureza” dos delinquentes e pelo estoque de conhecimentos empíricos disponíveis na organização. Trata-se de uma “lógica-em-uso” nos meios policiais que consiste em um conjunto de categorizações dos possíveis delinquentes e das modalidades de ação delinqüencial, de métodos destinados a colocar em destaque evidências, que implicam o estabelecimento de uma rede de informantes para operacionalizar a investigação policial. O resultado desse confronto entre a organização formal e a cultura organi-

zacional é a desqualificação do império da lei, uma vez que esta é freqüentemente considerada pelo agente policial antes um obstáculo do que uma garantia efetiva de controle social. Auto-representados como purificados da sociedade, os agentes policiais contribuem para rotinizar os métodos ilegais de investigação, apelando não raramente a torturas ou mesmo a execuções sumárias (Americas Watch Committee, 1987 e 1993; Pinheiro e outros, 1991) e estimulando a criminalização de segmentos populacionais pouco preparados para assegurar seus direitos civis contra o arbítrio da organização. Este aspecto vem sendo tematizado sobretudo nos estudos de Paulo Sérgio Pinheiro (Pinheiro, 1979; 1981; 1982; 1983 e 1984; Pinheiro e Sader, 1985; e Pinheiro e outros, 1991).

Tensões entre essas esferas de organização podem ser observadas igualmente no âmbito do aparelho judiciário. De um lado, o domínio abstrato e idealizado da lei, inscrito nos códigos, ensinado nos livros e nas academias, e proclamado solenemente nos tribunais. De outro, a aplicação cotidiana dos preceitos legais, que se tornam objeto de disputa e negociação entre diferentes atores que, enredados nas teias da moralidade, interpretam tais preceitos segundo interesses particulares e conforme as necessidades de funcionamento da organização. Deste confronto decorrem algumas implicações. Primeiro, uma tensão permanente entre a idéia das pessoas concebidas como entidades morais e a realidade das hierarquias de riqueza e poder. Segundo, uma tensão entre lei, segurança e ordem. Terceiro, e como decorrência das implicações anteriores, uma visão do sistema de justiça criminal como frouxamente articulado, carente de eficácia e incapaz de realizar as finalidades para os quais foi criado e existe (Paixão, 1988).

Embora o acervo de estudos sobre a Justiça criminal na sociedade brasileira seja exíguo, nos últimos anos alguns de nossos antropólogos, historiadores e sociólogos vêm se dedicando à pesquisa de práticas judiciárias (Correa, 1983; Fausto, 1984; Chalhoub, 1986; Esteves, 1986; Herkenhoff, 1987). Em

pesquisa que teve por objeto empírico as práticas jurídicas de julgamento de crimes contra a vida, matéria dos tribunais de júri,⁸ verificou-se que o desfecho processual é resultado de uma operação complexa para a qual concorrem fundamentos objetivos e subjetivos. Por um lado, não se pode ignorar os fundamentos de ordem institucional e burocrática, as características de organização e funcionamento do tribunal do júri, os determinantes legais e processuais consagrados nos códigos e estatutos, o jogo de papéis entre os diferentes manipuladores técnicos⁹ e protagonistas, demarcados por suas posições de acusadores ou defensores, de vítimas ou agressores. Outra, todavia, é a leitura que se pode obter quando estão em jogo móveis subjetivos. Nesse âmbito, parece que se julga coisa bem diversa do que o crime praticado. Cuida-se do mundo dos homens, de seus comportamentos, desejos, modos de ser, virtudes e fraquezas, qualidades e vícios. Nessa leitura, descortina-se o universo da cultura. O que está no centro do cenário é menos a proteção da propriedade ou da vida; o que divide os manipuladores técnicos e protagonistas é a proteção dos modelos jurídicos de relações entre homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, trabalhadores e não-trabalhadores, modelos contra os quais resistem os protagonistas e a realidade dos fatos (Adorno, 1991e).¹⁰

Mas, é no âmbito das prisões que os impasses enfrentados pelas políticas públicas penais parecem adquirir acento privilegiado. Em pesquisa que teve por objeto as políticas públicas penais implementadas pelo governo do Estado de São Paulo no período 1950-85, Adorno e Fischer (1987a e 1987b), após examinarem o discurso político e descreverem as práticas de gerenciamento da massa carcerária, mostraram que a tônica dominante das políticas públicas penais tem sido a de promover a segregação e o isolamento dos sentenciados, mediante um programa deliberado de aumento progressivo da oferta de novas vagas no sistema penitenciário. Seus efeitos podem ser elencados: ampliação da rede de coerção; superpopulação carcerária;

administração inoperante; enrijecimento da disciplina sem lograr o controle da escalada da violência e da sucessão de rebeliões nos últimos anos; timidez das medidas de alcance técnico, incompatíveis com o programa de expansão física; impossibilidade de se alcançar uma política coordenadora da execução penal; falta de explicitação de objetivos, o que se manifesta na ausência de um programa articulado, integrado e sistemático de intervenção; confrontos entre grupos que disputam influência sobre o poder institucional, cujo efeito é reforçar a ideologia da ordem e da segurança, da vigilância e da disciplina. Este conjunto de problemas conflui para o mesmo ponto: a reconhecida incapacidade e incompetência do poder público para gerenciar amplas massas carcerárias, tese também subjacente ao estudo patrocinado pela Fundação João Pinheiro (1984) e cujos resultados foram parcialmente publicados em Paixão (1987) e Coelho (1987a).¹¹ (Ver também Camargo, 1984; Catão e Sussekind, 1979; Fundap, 1991a; Góes, 1991; Lemgruber, 1983; Marques Jr., 1991; Paixão, 1984; Pinto, 1990; Ramalho, 1983; Rocha, 1984; Souza, s.d. e 1980b; Vincentin, 1992).

Resultados não muito diferentes podem ser encontrados quando o foco dos estudos se dirige para as instituições de amparo, proteção e tutela dos jovens que enveredam pela delinquência, instituições caracterizadas por uma extrema ambigüidade: ao mesmo tempo em que devem se apresentar como uma verdadeira cidade onde reina a ordem e a harmonia, supõem muros altos e todo um rígido sistema de segurança que impeça fugas e rebeliões. Caracterizam-se, tais como as prisões, pela opressão dos registros, das classificações institucionais, da vigilância cerçada, do despojamento de valores culturais concretos. No interior dessa ambigüidade institucional, crianças e adolescentes realizam subjetivamente a sua: um misto de decência e malandragem. Por um lado, devem se resignar diante da violência institucional, oferecendo sinais diários de sua "recuperação", como acompanhar as rotinas diárias, realizar trabalho produtivo, ir à escola, cola-

borar com os agentes da ordem. Por outro lado, não podem se afastar do território delinqüente. Devem atualizar o repertório delinqüente, ampliar o raio de ação e de contatos, tornar-se cada vez mais audaciosos. Criam-se assim os vínculos entre as agências de repressão ao crime e esse segmento jovem da população urbana. O resultado não pode ser senão a reprodução de um mesmo destino, encerrado em si próprio como uma sorte de história circular: a delinquência e a violência (Adorno, 1991c; Alvim e Valladares, 1988; Arruda, 1983; Bierrenbach e outros, 1987; Cebap, 1972; Guirado, 1980 e 1986; Ferreira, 1979; Fundap, 1991b; Queiroz, 1984; Silva e outros, 1988; Violante, 1983 e 1984).

Conclusões

Como sublinha Paixão (1988), o nexos entre políticas públicas de segurança e justiça e a institucionalização da democracia repousa na legalidade enquanto fundamento da ordem social. O problema básico reside na "articulação entre democracia, burocracias públicas de controle social e as formas legais das quais resultam tanto a criminalização de classes de comportamento quanto a garantia das liberdades civis e a limitação efetiva do arbítrio do poder político e de suas agências" (Paixão, 1988, p. 179). Trata-se, por conseguinte, de diluir a tensão permanente entre lei e ordem, entre legalidade e moralidade, de que é particularmente tributária a sociedade brasileira. Essa tarefa política reclama portanto uma nova racionalidade jurídica capaz de consolidar uma efetiva justiça social.

Os estudos brasileiros, a despeito de seus diferentes enfoques teóricos e temáticos, têm avançado nesse sentido, sobretudo por se distanciarem, mais recentemente, do "clássico" debate entre soluções que apelam para a justiça distributiva e outras que recorrem à justiça retributiva.¹² Eles têm sugerido que a contenção democrática da criminalidade urbana não se resume à diminuição das desigualdades sociais ou ao mero enrijecimento das medidas dissuasórias. Cabe redirecionar o olhar para a importância crescen-

te, nas sociedades democráticas, do pluralismo jurídico e da norma às expensas do sistema judicial centrado na lei. Esse entendimento supõe a institucionalização de um novo regime jurídico que introduza outros princípios de avaliação e julgamento, voltado para a atribuição de responsabilidade a um coletivo — a sociedade —, o que promove um deslocamento considerável na racionalidade subjacente ao direito de punir: o valor

fundamental atribuído à liberdade cede lugar ao valor atribuído à vida. É para essa mudança de horizonte que parecem apontar os estudos cujo balanço este pequeno ensaio se propôs a fazer.

(Recebido para publicação
em junho de 1993)

Notas

- * Originalmente publicado em Ph. Robert (org), *Les politiques de prévention de la délinquance a l'aune de la recherche*, Paris, L'Harmattan, 1991, pp. 29-41. Na presente versão, atualizou-se o anexo bibliográfico com base em "Núcleo de Estudos da Violência. Cem anos de violência (polícia, justiça e prisões no Brasil: 1889-1989)", *Dossiê NEV*, n. 5, 1992 (no prelo).
1. Embora se possa dizer que as preocupações com o crescimento da criminalidade urbana datem do século passado, o interesse científico por esta questão aflorou no início da década de 1970. Certamente, a vigência do autoritarismo político, responsável pela exacerbção dos conflitos em diferentes áreas da vida social, contribuiu para despertar a atenção dos cientistas sociais para tal problema. Neste balanço dos estudos brasileiros, privilegio a produção de conhecimento realizada nos centros de investigação e universidades nos últimos 25 anos. Privilegio também um recorte disciplinar específico: os estudos realizados no campo das ciências sociais, da história e da psicologia social.
 2. Como se sabe, a fonte que subsidia esses estudos são estatísticas oficiais de criminalidade que comportam não poucos problemas, entre os quais a suspeição de elevadas "cifras negras", a intervenção de critérios burocráticos de avaliação de desempenho administrativo, as "negociações" paralelas entre vítimas, agressores e autoridades, a implementação de políticas determinadas de segurança pública. Ver, a propósito, Paixão (1983) e Coelho (1987b).
 3. Compõem a chamada criminalidade urbana violenta ocorrências de crimes contra o patrimônio (roubos e latrocínios); contra a vida (homicídios dolosos); contra a saúde pública (tráfico e uso de drogas); contra os costumes (estupros), além das contravenções penais (porte ilegal de armas). Incluem-se nessa categoria tanto as tentativas quanto os atos consumados. O legislador brasileiro diferenciou crimes de contravenções penais. Categorizou como crimes os comportamentos considerados mais graves, reservando-lhes penas de reclusão que atingem até o máximo de trinta anos. São consideradas contravenções penais comportamentos menos graves, para as quais se aplicam penas de multa e de detenção de curta duração.
 4. Ver também Adorno e Fischer (1987a) que, analisando as políticas penitenciárias formuladas e implementadas pelo governo do Estado de São Paulo no período 1950-85, demonstram que as orientações imprimidas à polícia judiciária e à polícia de repressão influenciaram decisivamente o comportamento dos tribunais judiciais e o movimento das prisões.
 5. Essas pesquisas, via de regra, são realizadas com base em dados secundários, extraídos de fontes oficiais, sejam estatísticas ou fichas cadastrais — no que encontram as mesmas limitações anteriormente apontadas. Uma exceção é a pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP (Brant e outros, 1986), que colheu in-

formações diretamente dos condenados recolhidos nos estabelecimentos que compõem o sistema penitenciário do Estado de São Paulo.

6. Cf. M. Foucault, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979, pp. 129-43.
7. O "clássico" malandro, em cidades como o Rio de Janeiro, era caracterizado até há pouco tempo como o delinqüente habilidoso, inteligente, que agia de modo autônomo, apoiando-se exclusivamente em qualidades pessoais, sem recorrer necessária e gratuitamente à violência.
8. No Brasil, os crimes contra a vida, capitulados nos artigos 121 a 128 do Código Penal, constituem matéria de competência dos tribunais de júri. Entre esses crimes incluem-se os homicídios dolosos, sejam tentativas ou atos consumados.
9. Consideram-se manipuladores técnicos os agentes encarregados da apuração da responsabilidade penal: investigadores, escrivães, delegados, advogados de defesa, promotores, juízes e técnicos que atuam nas diferentes fases do processo penal, seja como peritos, assistentes da defesa ou acusação, profissionais incumbidos de implementar diretrizes operacionais, psicólogos, assistentes sociais ou terapeutas. Consideram-se protagonistas os agressores, as vítimas e as testemunhas.
10. Recentemente, uma coletânea organizada por Faria (1989) traz importante reflexão sobre o Poder Judiciário em suas múltiplas dimensões: dinâmica política, organização burocrática, compromissos ideológicos, formação dos magistrados. Reunindo contribuições de diferentes autores, a coletânea examina três grandes temas: a crise do modelo liberal de direito e de Estado, as contradições do modelo liberal de administração da justiça e a democratização do Judiciário.
11. Análise do efeito das políticas penais sob a ótica dos delinqüentes encontra-se em Ramalho (1983) e Adorno e Bordini (1991).
12. Para um entendimento desse debate, ver Coelho (1988a). Uma interpretação diferente do debate sobre as medidas de contenção da violência urbana pode ser encontrada em Zaluar (1989a).

Bibliografia

- Abreu, Sérgio e Bordini, Eliana.
1985 "Estimativa da reincidência criminal: variações segundo estratos ocupacionais e categorias criminais." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(1), pp. 11-29.
1987 "Migração e criminalidade." *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, São Paulo, 1(2), pp. 36-8.
- Abreu, Sérgio e outros.
1984a "Estimativa da reincidência criminal." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 1(1), pp. 49-69.
1984b "Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 1(2), pp. 101-17.
- Adiala, Júlio César.
1986 "A criminalização dos entorpecentes." In *Seminário Crime e Castigo*, 1, Rio de Janeiro, 1985. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa, PA 1, pp. 58-87.
- Adorno, Sérgio.
1989a Violência urbana e justiça criminal. Relatório parcial de pesquisa, São Paulo, Cedec, mimeo, 35 p.

- 1989b "Violência urbana e justiça criminal: o ponto de vista dos cientistas sociais." *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II(4), pp. 17-20.
- 1990 "A gestão filantrópica da pobreza urbana." *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, São Paulo, 4(2) 8-17.
- 1991a O sistema de administração da justiça criminal. (Fragmentação e conflito no caso paulista). Relatório de pesquisa, convênio Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo/NEV-USP, São Paulo, NEV-USP, mimeo.
- 1991b "O sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios." *Revista USP*, São Paulo, 9/65-78.
- 1991c "A experiência precoce da punição." In J. de S. Martins (org.), *O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*, São Paulo, Hucitec, pp. 181-208.
- 1991d "A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola." *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 79, pp. 76-80.
- 1991e "Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 33, pp. 145-56.
- 1992a "Democracia x violência ou da dificuldade brasileira de lidar com a diferença." *Ponto e vírgula*, Porto Alegre, ano II, 6/24-8.
- 1992b "Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate." *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, V(33)/18-26.
- 1992c Criminal violence in modern brazilian society. Paper apresentado na International Conference on Social Changes, Crime and Police, Budapeste, 1-4 de junho, 12p.
- Adorno, Sérgio e Bordini, Eliana
- 1989 "Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, 9(3)/70-94.
- 1991 "A socialização na delinquência: reincidentes penitenciários em São Paulo." *Cadernos*, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 3/113-47, sér.II.
- Adorno, Sérgio e Fischer, Rosa M.
- 1987a Análise de sistema penitenciário do Estado de São Paulo: o gerenciamento da marginalidade social. Relatório de pesquisa, São Paulo, CEDEC, mimeo, 2 vols.
- 1987b "Políticas penitenciárias, um fracasso?" *Lua Nova (Cultura e Política)*, São Paulo, 34/70-9.
- Adorno, Sérgio e Kahn, Túlio.
- 1993 "Pena de morte: para que e para quem serve esse debate?" *Vozes Cultura*, São Paulo, 87(3)/14-30.
- Alvim, Rosilene e Valladares, Lícia.
- 1988 "Infância e adolescência no Brasil: uma análise da literatura." *BIB*, 26/3-37.
- Americas Watch Committee.
- 1987 Violência policial no Brasil. Execuções sumárias e tortura em São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo, OAB-SP/NEV-USP e outros, 71p.
- 1989 Condições das prisões no Brasil. São Paulo, OAB-SP/NEV-USP e outros, 70p.
- 1991 Violência rural no Brasil. São Paulo, NEV-USP/Comissão Teotônio Vilela, 143p.
- 1992a Injustiça criminal x a violência contra a mulher no Brasil. São Paulo, Americas Watch, 70p.
- 1992b The struggle for land in Brazil. Rural violence continues. Washington, Americas Watch, 75p.
- 1993 Violência policial urbana no Brasil. Mortes e tortura pela polícia em São Paulo e no Rio de Janeiro nos últimos cinco anos, 1987-1993. New York/São Paulo, Americas Watch/NEV-USP, 50p.

- Amorim, Carlos
1993 *Comando Vermelho*, Rio de Janeiro, Record.
- Andrade, Luciana Teixeira de.
1986 "Aventureiros e vadios." *In* Seminário Crime e Castigo, 1, Rio de Janeiro, 1985. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, PA 1, pp. 37-57.
- Antunes, Eduardo Muiyaert
1988 "Reflexões sobre a batalha no morro Dona Marta." *OAB. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 43-48/15-23.
- Ardaillon, Danielle e Debert, Guita G.
1987 Quando a vítima é mulher. (Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio). Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)/Centro de Estudos e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC).
- Arruda, Reinaldo.
1983 *Pequenos bandidos*. São Paulo, Global.
- Associação Cultural do Arquivo Edgar Leuenroth
1990 *Trabalhadores. Classes perigosas*. Campinas/São Paulo, Arquivo Edgar Leuenroth/Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo.
- Azevedo, Maria Amélia.
1985 *Mulheres espancadas. A violência denunciada*. São Paulo, Cortez.
- Barcellos, Caco.
1992 *Rota 66. A história da polícia que mata*. São Paulo, Globo.
- Barreira, César.
1992 "Le pistoler et la politique." *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 17/35-52.
- Barros, José Manuel de Aguiar.
1980 "A utilização político-ideológica da delinquência." *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 20/11-9.
1984 "O reino do crime." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 4/96-104.
- Batista, Nilo.
1990 "Alternativas à prisão no Brasil." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano 1, 1(4)/73-7.
- Batista, Nilo e outros.
1980 "Violência e criminalidade urbana." *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 23(3)/163-222.
- Benevides, Maria Victória.
1981 "Violência através da imprensa: linchamentos e justiça popular." *Espaço & Debates*, São Paulo, 1(3)/55-80.
1982 "Linchamentos: violência e justiça." *In* vários autores, *A violência brasileira*, São Paulo, Brasiliense.
1983 *Violência, povo e polícia. (Violência urbana no noticiário de imprensa)*. São Paulo, Brasiliense.
1985 "No fio da navalha: o debate sobre a violência urbana." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(2)/71-6.
- Benevides, Maria Victória e Fischer, Rosa M.
1983 "Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil." *In* P. S. Pinheiro (org.), *Crime, violência e poder*, São Paulo, Brasiliense.

- Bierrenbach, Maria Inês e outros.
1987 *Fogo no pavilhão. (Uma proposta de liberdade para o menor)*. São Paulo, Brasiliense.
- Bicudo, Hélio.
1978 *O Direito e a Justiça no Brasil*. São Paulo, Símbolo.
1982 *Direitos Cívicos no Brasil, existem?* São Paulo, Brasiliense.
1990 "A 'mão armada' da classe dominante." *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II(4)/5-12.
- Boschi, Renato (org.)
1982 *Violência e cidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Brant, Vinícius C. e outros.
1986 O trabalhador preso no Estado de São Paulo. São Paulo, CEBRAP (trabalho realizado sob contrato da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso), mimeo 248p.
- Bretas, Marcos Luiz.
1985 "Policiar a cidade republicana." *Revista OAB-RJ*, Rio de Janeiro, 22/47-60.
1988 A Guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, Rio de Janeiro, mimeo.
1989 "Navalhas e capoeiras: uma outra queda." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro 10(59)/56-64.
1991 "A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras)." *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, 20/239-55.
1992 "O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente." *BIB*, 32/49-61.
- Caldeira, Teresa P. do R.
1989 "Ter medo em São Paulo." In V. C. Brant (org.), *São Paulo. Trabalhar e Viver*, São Paulo, Brasiliense/Comissão Justiça e Paz, pp. 151-67.
1991 "Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'?" *Novos Estudos*, São Paulo, Cebap, 30/162-74.
1992a City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo. Ph.D. Dissertation on Anthropology, Graduate Division of the University of California at Berkeley.
1992b Crime and individual rights: re-fleming the question of violence in Latin America. Paper preparado para o seminário Derechos Humanos, Justicia y Sociedad, promovido pela seção latino-americana do Social Research Council, Buenos Aires, outubro.
1993 "Comentários a partir do artigo 'A violência política na América Latina'." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, ano 8, 21/44-7.
- Camargo, Maria Soares de.
1984 *Terapia penal e sociedade*. Campinas, Papirus.
1989a "A prisão na sociedade industrial." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano I, 1(1)/33-41.
1989b "Vigiar e punir, a reforma penal e a pastoral carcerária católica." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano I, 1(2)/77-86.
- Cardoso, Fernando Henrique.
1980 "Violência e reação." *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 24/211-3.
- Cardoso, Ruth.
1987 "A violência dos outros." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/4-6.

- Carrara, Sérgio.
 1986 "Os mistérios de Clarice: cenografia de um crime na avenida." *In* Seminário Crime e Castigo, 1, Rio de Janeiro. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, PA 1, pp. 39-63.
- 1989 "Casos e acasos: o crime de um certo Custódio e o surgimento do manicômio judiciário no Brasil." *Cadernos IMS*, Rio de Janeiro, 3(1)/71-107.
- 1990 "A ciência e doutrina da identificação no Brasil: ou do controle do eu no templo da técnica." *Religião e Sociedade*, São Paulo, Centro de Estudos da Religião, 15(1)/82-105.
- 1991 "Singularidade, igualdade e transcendência: um ensaio sobre o significado social do crime." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ANPOCS, 6(16)/80-8.
- Carvalho, Maria Alice Rezende de.
 1988 "Guerra no Rio." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 11/88-101.
- Castro, Myrian Mesquita Pugliese de.
 1991a "Ciranda do medo. Controle e dominação no cotidiano da prisão." *Revista USP*, São Paulo, 9/57-64.
- 1991b "Estado e sociedade — a violação do direito à vida." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 33/157-70.
- 1993 "Assassinato de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 36/81-102.
- Catão, Yolanda e Sussekind, Elizabeth.
 1979 *Os direitos do preso*. Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Penais.
- Cavalcante, Adalberto de L.
 1983 "Considerações em torno do problema carcerário no Brasil." *Cultura Política*, Rio de Janeiro, 3(26)/91-3.
- Celem, Rosângela.
 1983 *As relações sociais em prisão do tipo semi-aberta: uma experiência em serviço social*. São Paulo, Cortez.
- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)
 1972 *A criança, o adolescente e a cidade*. São Paulo, Cebrap.
- Cerqueira Filho, Gisálio e Neder, Gizlene.
 1983 "A violência na boca do povo." *Direito e Avesso*, Brasília, ano II, n.º 3.
- 1987 *Brasil violência & conciliação no dia-a-dia*. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor.
- Chalhoub, Sidney.
 1986 *Trabalho, lar e botequim. (O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque)*. São Paulo, Brasiliense.
- Coelho, Edmundo Campos.
 1978a *A ecologia do crime*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional Justiça e Paz/Educam.
- 1978b "A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade." *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 12(2).
- 1980 "Sobre sociólogos, pobreza e crime." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 23(3)/377-83.
- 1987a *A oficina do diabo. (Crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ.

- 1987b "A criminalidade urbana violenta." *Série Estudos*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n.º 60.
- 1988a "A criminalidade urbana violenta." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 31(2)/145-83.
- 1988b "Da Falange Vermelha a 'Escadinha'. O poder nas prisões." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 11/106-114.
- Correa, Mariza.
1983 *Morte em família. (Representações jurídicas de papéis sexuais)*. Rio de Janeiro, Graal.
- Costa, Jurandir Freire.
1986 *Violência e psicanálise*. 2.ª ed., Rio de Janeiro, Graal.
- Cruz, Hermes Bittencourt.
1992 "O policial militar e os meninos de rua." *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Academia de Polícia, 10(33)/11-7.
- Cury, Munir; Amaral e Silva, Antônio Fernando do e Mendez, Emílio Garcia (coords.).
1992 *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado. Cometários jurídicos e sociais*. São Paulo, Malheiros.
- Cusinato, Ricardo.
1982 O espaço da penitenciária de Araraquara. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, USP, São Paulo, mimeo.
- Dias, Francisco.
1990 *A república fechada: as prisões no Brasil*. São Paulo, Ícone.
- Dimenstein, Gilberto.
1990 *A guerra dos meninos. Assassinatos de menores no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
1992 *Meninas da noite. A prostituição de meninas-escravas no Brasil*. São Paulo, Ática.
- Donnici, Virgílio L.
1978 "Criminalidade e Estado de Direito." *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 5/201-35.
1984 *A criminalidade no Brasil (Meio século de repressão)*. Rio de Janeiro, Forense.
- Dornelles, João Ricardo Wanderley.
1986 "Violência urbana, criminalidade e controle social no Brasil." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde. 3(2)/207-13.
- Emediato, Luis Fernando.
1982 *Geração abandonada*. 3.ª ed., São Paulo, Global.
- Escobar, Carlos H. de.
1973 "As instituições e o poder." *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 35/3-33.
- Esteves, Marta de Abreu.
1986 Em nome da moral e dos bons costumes: discursos jurídicos e controle social. In Seminário Crime e Castigo. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, PA2, pp. 1-20.
1989 *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Evangelista, Maria Dora R.
1983 *Prisão aberta: volta à sociedade*. São Paulo, Cortez.
- Faria, José Eduardo (org.).
1989 *Direito e justiça. A função social do Judiciário*. São Paulo, Ática.

- Faria, José Eduardo.
1993 Marginalidade e violência no espaço urbano latino-americano: as instituições jurídico-penais de controle social em São Paulo. Trabalho preparado para o projeto Marginalidad y Violencia en el Espacio Urbano Latinoamericano, São Paulo, *mimeo*, 71p.
- Fausto, Boris.
1984 *Crime e cotidiano. (A criminalidade em São Paulo, 1880-1924)*. São Paulo, Brasiliense.
- Feiguin, Dora.
1985 "Criminalidade violenta: algumas hipóteses explicativas." *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, São Paulo, 1(2)/23-6.
- Feiguin, Dora e Bordini, Eliana.
1987 "Reflexões sobre a violência contra a mulher." *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, São Paulo, 1(2)/39-44.
- Fernandes, Heloísa Rodrigues.
1973 *Política e segurança*. Rio de Janeiro, Alfa-Ômega.
1989 "Rondas à cidade: uma coreografia do poder." *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 1(2)/121-34.
1991 "Violência e modos de vida: os 'justiceiros'." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 33/135-44.
- Ferreira, Rosa Maria Fischer.
1979 *Meninos de rua. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo, Comissão Justiça e Paz/Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.
- Fischer, Rosa Maria.
1985 *O direito da população à segurança*. Petrópolis, Vozes.
- Fonseca, Guido.
1988 *Crimes, criminosos e criminalidade em S. Paulo (1870-1950)*. São Paulo, Resenha Tributária.
- Freitas, Renan S.
1984 "Prostitutas, cafetinas e policiais: a dialética das ordens opostas." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 27(2)/199-214.
1985 "Reversões hierárquicas e eclosões de conflitos em prisões." *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 19/27-37.
- Fry, Peter.
1985 "Direito positivo versus direito clássico: a psicologização do crime no Brasil no pensamento de Heitor Carrilho." In Sérvulo Figueira (org.), *A cultura da psicanálise*, São Paulo, Brasiliense.
- Fry, Peter e Carrara, Sérgio.
1986 "As vicissitudes do liberalismo no Direito Penal Brasileiro." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, 1(2)/48-54.
- Fukui, Lia.
1991 "Estudo de caso de segurança nas escolas públicas estaduais de São Paulo." *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 79/68-76.
- Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap).
1991a Assistência social. Sistema carcerário. Documentos de Trabalho DT/QS 4, São Paulo, Fundap, 92p.

- 1991b Infância e adolescência carentes. Documentos de Trabalho DT/QS 7, São Paulo, Fundap, 143p.
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).
1987 *Um retrato da violência contra a mulher: 2038 boletins de ocorrência*. São Paulo, Fundação SEADE/Conselho Estadual da Condição Feminina.
- Góes, Eda Maria.
1991 *Rebeliões carcerárias: a recusa das grades. Estudo das rebeliões ocorridas nos presídios paulistas no período de 1982/6*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Assis, mimeo.
- Gonzalez, Hector.
1984 "Tratamento para eles? (Formas de relato da violência urbana)." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 1(1)/25-37.
- Guirado, Marlene.
1980 *O menor e a FEBEM*. São Paulo, Perspectiva.
1986 *Instituição e relações afetivas. (O vínculo com o abandono)*. São Paulo, Summus.
- Heilborn, Maria Luíza.
1987 "Cidadania para as mulheres." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/13-5.
- Herkenhoff, João Batista.
1979 "Os direitos humanos e sua proteção jurisdicional." *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 7/229-59.
1987 *Crime, tratamento sem prisão*. Petrópolis, Vozes.
- Huggins, Martha K.
1992a "O vigilantismo e o Estado: uma vista para o Sul e para o Norte." *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Academia de Polícia, 11/18-39.
1992b "O direito e a transição para a democracia na América Latina". *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Academia de Polícia, 10(34)/21-33.
- Jesus, Damásio Evangelista (org.).
1980 *Violência e criminalidade: Propostas de solução*. Rio de Janeiro, Forense.
- Lemgruber, Julita.
1983 *Cemitério dos vivos. Análise sociológica de uma prisão*. Rio de Janeiro, Achiamé.
1986 "Polícia, direitos humanos e cidadania: notas para um estudo." In *Seminário Crime e Castigo*, 1, Rio de Janeiro. Papéis Avulsos. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, PA 1, pp. 21-38.
1987 "A face oculta da ação policial." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28) /24-6.
1989 "Reincidência e reincidentes penitenciários no Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano I, 1(2)/45-76.
- Lima, Elça Mendonça.
1983 *Origem da prisão feminina no Rio de Janeiro. O período das freiras (1942-1955)*. Rio de Janeiro, OAB/RJ.
- Lima, Roberto K. de.
1989 "Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, 10(4)/65-84.
1990 "Constituição, direitos humanos e processo penal inquisitorial: quem cala, consente?." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 33(3)/471-88.

- Lima, William da Silva.
1991 *Quatrocentos contra um. Uma história do Comando Vermelho*. Rio de Janeiro / Petrópolis, ISER/Vozes.
- Lisbona, Diane
1968 "Sobre o sistema penitenciário na Guanabara." *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 10(49)/82-97.
- Lopes, José Reinaldo de Lima.
1988 "A função política do Poder Judiciário." In José Eduardo Faria (org.), *Direito e Justiça: A função social do Judiciário*, São Paulo, Ática.
- Machado da Silva, Luiz Antônio.
1993 "Violência urbana: representação de uma ordem social." In *Natureza, história e cultura: repensando o social, Cadernos de Sociologia*, Número especial, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, vol. 4, pp. 145-55. Ver também in Elimar P. do Nascimento e Irllys Alencar F. Barreira (orgs.), *Brasil urbano. Cenários da ordem e da desordem*, Rio Janeiro/Fortaleza, Notrya/Sudene/Universidade Federal do Ceará, pp. 131-42.
- Machado da Silva, Luiz Antônio e Chinelli, Filippina.
1993 "O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho." *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UERJ, ano I, 1/42-52.
- Marques, João Benedito de Azevedo.
1976 *Marginalização: menor e criminalidade*. São Paulo, Mc Graw-Hill.
- Marques, João Benedito de Azevedo e Machado, Marcello L.
1993 *História de um massacre. Casa de Detenção de São Paulo*. São Paulo/Brasília, Cortez/Ordem dos Advogados do Brasil.
- Marques Jr., Gessé.
1991 A vida no fio: crime e criminalidade num albergue. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP, Campinas, mimeo.
- Martins, José de Souza.
1990 "Linchamentos: a vida por um fio." *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II(4)/21-8.
1992 *Subúrbio. Visão cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo, Hucitec.
- Menandro, Paulo Rogério M.
1984 "A questão carcerária: um problema técnico?" *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 36(3)/62-89.
- Minas Gerais. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação João Pinheiro. Diretoria de Projetos III
1984 Caracterização da população prisional de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, mimeo.
- Minguardi, Guaracy.
1992 *Tiras, gansos e trutas. Cotidiano e reforma na polícia civil*. São Paulo, Página Aberta.
- Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
1988a "Sistema penitenciário brasileiro. As prisões no Norte do país." *Revista de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, 1(1)/6-68.
1988b "Sistema penitenciário brasileiro. As prisões no sul do país." *Revista de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, 1(2)/253-309.

- Misse, Michel e Motta, D.
1982 *Crime: o social pela culatra*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- Morais Filho, Antônio Evaristo.
1988 "Principado da Rocinha: apenas o fio da meada." *OAB. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 43/48/24-39.
- Mott, Luiz.
1987 "Heranças da Inquisição." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/15-6
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP).
1991 *Vidas em risco. Assassinato de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro, MNMMR/IBASE/NEV-USP.
- Muakad, Irene Batista.
1984 *Prisão albergue*. São Paulo, Cortez.
- Nascimento, Tânia Moraes.
1991 "Militarização do sistema penitenciário." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano II, 2(7)/84-121.
- Neder, Gizlene.
1987 Criminalidade, justiça e mercado de trabalho no Brasil Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, mimeo.
1993 "Em nome de Tánatos. Aspectos da história do sistema penitenciário no Brasil." *Cadernos do CEUEP*, Rio de Janeiro, Centro Unificado de Ensino e Pesquisa, Gabinete do Vice-Governador, n.º 1, 22p.
- Núcleo de Estudos de Pesquisa sobre a Infância (UFRJ) e Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA).
1991 Da violência contra o "menor" ao extermínio de crianças e adolescentes. Pesquisa realizada sob a coordenação de Maria Rosilene Barbosa Alvim, Rio de Janeiro, Ministério da Ação Social/FCBIA, 115p.
- Oliveira, Luciano.
1985 "Polícia e classes populares." *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 1(1)/85-96.
- Oliveira, Luciano e Pereira, Affonso.
1987 "A polícia na boca do povo e a percepção social do combate à violência." *Symposium, Revista da Universidade Católica de Pernambuco*, Recife, 29(2)/31-47.
- Oliveira, Odete Maria de.
1984 *Prisão: um paradoxo social*. Florianópolis, UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
- Oliven, Ruben.
1980 "A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 23(3)/371-6.
1982 "Chame o ladrão, as vítimas da violência no Brasil." In R. Boschi (org.), *Violência e cidade*, Rio de Janeiro, Zahar.
1983 *Violência e cultura no Brasil*. 2.ª ed., Petrópolis, Vozes.
- Ordem dos Advogados do Brasil. Seção de São Paulo. Comissão de Direitos Humanos.
1993 *Execuções sumárias de menores em São Paulo*. São Paulo, Departamento Editorial da OAB-SP.

- Paixão, Antonio Luiz.
- 1982a "A organização policial numa área metropolitana." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 25(1)/63-85.
- 1982b "Crimes e criminosos em Belo Horizonte: uma exploração inicial das estatísticas oficiais de criminalidade." In Renato Boschi (org.), *Violência e cidade*, Rio de Janeiro, Zahar.
- 1983 "Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978." In P. S. Pinheiro (org.), *Crime, violência e poder*, São Paulo, Brasiliense.
- 1984 "Uma saga carcerária." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(2)/97-100.
- 1987 *Recuperar ou punir? (Como o Estado trata o criminoso)*. São Paulo, Ática.
- 1988 "Crime, Controle Social e Consolidação da Democracia." In G. O'Donnel e F. W. Reis (orgs.), *A democracia no Brasil. Dilemas e perspectivas*, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.
- 1990 "A violência urbana e a sociologia: sobre crenças e fatos e mitos e teorias políticas e linguagens e..." *Religião e Sociedade*, São Paulo, Centro de Estudos da Religião, 15(1)/68-81.
- 1991a "Segurança privada, direitos humanos e democracia." *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 31/131-41.
- 1991b "Polícia e segurança pública." *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9(30)/27-41.
- Paoli, Maria Célia.
- 1982 "Violência e espaço civil." In vários autores, *Violência brasileira*, São Paulo, Brasiliense.
- Passeti, Edson e outros.
- 1982 *O mundo do menor infrator*. São Paulo, Cortez.
- Pastore, José e outros.
- 1991 *Crime e violência urbana*. São Paulo, IPE/USP.
- Perruci, Maud Fragoso de Albuquerque.
- 1983 *Mulheres encarceradas*. São Paulo, Global.
- Pezzin, Lilian.
- 1986 *Criminalidade urbana e crise econômica*. São Paulo, IPE/USP.
- Pietá, Elói e Pereira, Justino.
- 1993 *Pavilhão 9. O massacre do Carandiru*. São Paulo, Página Aberta.
- Pinheiro, Paulo Sérgio.
- 1979 "Violência do Estado e classes populares." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, 22(3)/5-24.
- 1981 "Violência e cultura." In B. Lamounier, F. C. Weffort e M. V. Benevides (orgs.), *Direito, cidadania, participação*, São Paulo, T. A. Queiroz.
- 1982 "Política e crise política: o caso das Polícias Militares." In vários autores, *A violência brasileira*, São Paulo, Brasiliense, pp. 57-91.
- 1983 "Violência sem controle e militarização da polícia." *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 2(1)/8-12.
- 1983 (org.) *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense.
- 1984 *Escritos indignados*. São Paulo, Brasiliense.
- 1991a "Autoritarismo e transição." *Revista USP*, São Paulo, 9/37-56.
- 1991b The legacy of authoritarianism: violence and the limits of democratic transitions. Paper apresentado no XVI International Congress of the Latin American Studies Association, Washington, D.C., 4-6 de abril, 10p.

- 1991c Democratic transitions and the legacy of authoritarianism in Brazil. *Paper* apresentado na International Political Science Association — IPSA XV, World Congress, Buenos Aires, 21-25 de julho.
- 1991d Democracia, derechos humanos y desarrollo economico y social: obstaculos y resistencias. El caso de Brasil. Trabalho apresentado no seminário latino-americano Derechos Humanos, Democracia, Desarrollo Económico y Social, promovido pelo Centro de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, Santiago de Chile, 10-13 de dezembro.
- 1992 São Paulo: people on the margin and civil society. *Paper* apresentado no seminário Place and Right Conference, Arden Homestead, New York, 11-13 de setembro.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e Adorno, Sérgio.
 1988 “A tortura resiste.” *Humanidades*, Brasília, UnB, 18/63-6.
- 1993 Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito. *Paper* preparado para o Convênio International II Diritto Dei “Minori” in Brasile, Università degli Studi di Macerata, Macerata, Itália, 5-7 de novembro de 1992, 20p.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e Braun, Eric. (orgs.)
 1987 *Democracia x violência. (Reflexões para a Constituinte)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e Sader, Emir.
 1985 “O controle da polícia no processo de transição democrática.” *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(2)/77-95.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e outros.
 1991 “Violência fatal. Conflitos policiais em São Paulo (81-89).” *Revista USP*, São Paulo, 9/95-112.
- Pinto, Maria Dina Nogueira.
 1990 “O outro lado do mundo. As presas do Talavera Bruce como categoria liminar.” *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, Escola do Serviço Penitenciário, Vol. I, 1(5)/9-68).
- Pires, Cecília.
 1985 *A violência no Brasil*. São Paulo, Moderna.
- Puty, Zinaldo C. Branco; Barcellos, Cláudio Fleury e Daniel, Eduavaldo.
 1982 *Violência urbana*. Rio de Janeiro, Codecri.
- Queirolo, Sílvia.
 1984 “Periculosidade: da norma médica à norma jurídica.” *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 1(2)/93-100.
- Queiroz, José.
 1984 *O mundo do menor infrator*. São Paulo, Cortez.
 1985 *As prisões, os jovens e o povo*. São Paulo, Paulinas.
- Ramalho, José Ricardo.
 1983 *O mundo do crime. A ordem pelo avesso*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Graal.
- Rech, Danil.
 1990 “A violência, o crime e a justiça.” *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II(4)/29-32.
- Rios, José Arthur.
 1989 “Motins em prisões: seus fatores e possibilidades de preveni-los.” *Revista da Escola de Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano I, 1(1)/42-9.

- Rizzini, Irene (org.).
1993 *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Editora Universidade Santa Úrsula.
- Rocha, Luis Carlos.
1984 *Vidas presas: uma tentativa de compreender a tragédia da criminalidade junto a seus personagens oprimidos*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia/USP, São Paulo, mimeo.
- Rubinger, Maria da Conceição Marques e Von Sngay, Karin E.
1986 "Violência contra mulher — caso de polícia?" *Ciência e Cultura*, São Paulo, 38(9)/1477-633.
- Salla, Fernando Afonso.
1991a O trabalho penal: uma revisão histórica e as perspectivas frente à privatização das prisões. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo, mimeo.
1991b "A questão da privatização das prisões." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano III, 2(9)/145-51.
- Santos, L. A. e outros.
1989 *Violência prisional: a realidade penitenciária como obstáculo à ressocialização*. Projeto de política pública para o sistema penitenciário do Distrito Federal, Brasília, Escola Nacional de Administração Pública, 1.º Curso de Políticas Públicas e Gestão Governamental, mimeo, 335p.
- Santos, Roberto A. O.
1986 "Com a trave no olho: a criminalidade policial no Pará." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 3(1)/49-79.
1990 "Crime em Belém e crime no mundo. Por quê?" *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II(4)/13-6.
- Schwartzman, Simon.
1980 "Da violência de nossos dias." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, 23(3)/365-9.
- Silva, Eduardo.
1986 "O quarto escuro da história." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(27)/65-72.
- Silva, Jenifer K. Leal da e Rodrigues, Suzana Santa Maria.
1989 "Um estudo sobre a formação do estigma do presidiário considerado de alta periculosidade." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, ano I, 1(1)/54-103.
- Silva, Jorge da.
1990 *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Forense.
- Silva, Marlise Vinagre.
1992 *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo, Cortez.
- Silva, Rosa Maria R. e outros.
1988 *A realidade do menor através de estatísticas. A infância "pobre" no Brasil. Uma análise da literatura, da ação e das estatísticas*. Relatório de pesquisa, convênio Fundação Ford/Iuperj, mimeo, pp. 73-178.
- Soares, Luis Eduardo e outros.
1993a *Criminalidade urbana e violência: o Rio de Janeiro no contexto internacional*. Trabalho preparado para o seminário Mídia e Violência, Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa ISER, 2.ª ed. rev. e ampliada, 26p.

- 1993b Violência contra a mulher: levantamento e análise de dados sobre o Rio de Janeiro em contraste com informações nacionais. Trabalho preparado para o seminário Mídia e Violência, Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa ISER, 78p.
- Souza, Percival de.
s.d. *A prisão. História dos homens que vivem no maior presídio do mundo*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- 1980a *A maior violência do mundo: Baixada Fluminense*. São Paulo, Traço.
- 1980b *A revolução dos loucos*. São Paulo, Global.
- 1983 *O prisioneiro da grade de ferro*. São Paulo, Traço.
- Souza, Percival de; Fagman, Marcos e Portela, Fernando.
1978 *Violência e repressão*. São Paulo, Símbolo.
- Sussekind, Elizabeth.
1987 "A manipulação política da criminalidade." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/10-1.
- Thompson, Augusto.
1983 *Quem são os criminosos?* Rio de Janeiro, Achiamé.
1987 "Justiça penal e classes sociais." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/26-7.
- Valladares, Lícia.
1990 Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. Texto apresentado no simpósio Planejamento, Pobreza Urbana e Representação Política, XIV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-26 de outubro, 32p.
- Velho, Gilberto.
1980 "Violência e cidadania." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, 23(3)/361-4.
1987 "As vítimas preferenciais." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/3-4, suplemento.
- Viana, Paulo Nunes.
1987 "A violência e o negro." *Symposium. Revista da Universidade Católica de Pernambuco*, Recife, 29(2).
- Vianna, Luiz Verneck.
1983 "O problema da cidadania na hora da transição democrática." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, 26(3).
- Vianna, Marilena.
1988 "Memórias de sempre." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 11/102-5.
- Vincentin, Maria Christina G.
1992 *Fronteiriços: uma geopolítica da delinquência*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo, mimeo.
- Violante, Maria Lúcia V.
1983 *O dilema do decente malandro*. 2.^a ed., São Paulo, Cortez & Associados.
1984 "Para além da humanização." *Temas IMESC*, São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(2)/111-26.
- Vogt, Carlos e outros.
1982 *Caminhos cruzados*. São Paulo, Brasiliense.
- Zaluar, Alba.
1985a *A máquina e a revolta. (As organizações populares e o significado da pobreza)*. São Paulo, Brasiliense.

- 1985b "O Rio contra o crime." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 6/pp. 64-73.
- 1986 "Democracia também serve para os pobres?" *Presença. Revista de Cultura e Política*, Rio de Janeiro, 7/40-43.
- 1987a "Crime e trabalho no cotidiano popular." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28)/21-4.
- 1987b Crime e criminalidade nas classes populares do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no Seminário do GT Direito e Sociedade (CLACSO), Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- 1987c "O diabo em Belém." *Religião e Sociedade*, São Paulo, Centro de Estudos da Religião, 12(2)/132-8.
- 1989a O Rio contra o crime: imagens da justiça e do crime. Relatório de Pesquisa, convênio OAB/Finep, Rio de Janeiro, Iuperj, mimeo.
- 1989b "A polícia e a comunidade: paradoxos da (In) — conveniência." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 13/144-53.
- 1989c "Nem líderes, nem heróis: a verdade da história oral." *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro, 14/111-28.
- 1990a "Teleguiados e chefes: juventude e crime." *Religião e Sociedade*, São Paulo, Centro de Estudos da Religião, 15(1)/54-67.
- 1990b "Imagens da pobreza na cidade." In Seminário Temático n.º 12 (Pobreza, Planejamento e Representação), XIV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-26 de outubro, mimeo, 11p.
- 1990c "Prisão, trabalho e cidadania: o censo penitenciário." *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, Escola do Serviço Penitenciário, vol. I, 5/69-74.
- 1991a "Cultura da violência." *Série Estudos Especial. Rio de todas as crises*, Rio de Janeiro, Iuperj.
- 1991b "Brasil na transição: cidadãos não vão ao paraíso." *São Paulo em Perspectiva. Revista da SEADE*, São Paulo, SEADE, 5(1)/19-25.
- 1991c "Gênero, justiça e violência." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 34(2)/191-218.
- 1992 "Exclusão social e violência." In *Sociedade civil e educação*, Campinas/São Paulo, Papirus/Cedes, pp. 113-23.
- 1993a "Urban violence, citizenship and public policies." *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford/Cambridge, 17(1)/55-66.
- 1993b "A criminalização de drogas e o reencantamento do mal." *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UERJ, ano I, 1/8-15.
- 1993c "Quando o malandro dança." In *Natureza, história e cultura: repensando o social, Cadernos de Sociologia*, Número especial, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, vol. 4, pp. 157-67.